

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto Instituto Politécnico da Guarda

# RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Licenciatura em Comunicação e Relações Económicas



### INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

### Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto

### RELATÓRIO DE ESTÁGIO

ALINE MECILDE MENDES SOARES

RELATÓRIO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIADA

EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES ECONÓMICAS

Dezembro/2011



### Ficha de Identificação

Nome do Estudante: Aline Mecilde Mendes Soares

Número de aluno: 6602

Estabelecimento de Ensino: Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto,

Instituto Politécnico da Guarda

Curso: Licenciatura em Comunicação e Relações Económicas

Docente Orientadora: Doutora Ana Ventura Lopes

Instituição de Acolhimento para o Estágio: Embaixada de Cabo Verde Em Lisboa -

Serviços de Cooperação - Departamento de Estudantes

Morada: Avenida Do Restelo, N°33, 1449-025 Lisboa

**Telefone:** 213 041 440 / 213 041 448

Fax: 213 041 466/ 213 041 466

Facebook: http://pt-br.facebook.com/pages/Embaixada-de-Cabo-Verde-em-

Lisboa/113195842048868

*E-Mail*: info@embcv.pt / estudantes@embcv.pt

Supervisora do estágio: Dra Célia Vida em Coordenação com a Dra Filomena Lopes

Data de Início do Estagio: 5 de Setembro de 2011

Data de Término do Estágio: 9 de Dezembro de 2011



"Todas as coisas da natureza se movem em direcção à cooperação. A natureza existe por causa da cooperação da matéria, da energia, do tempo, do espaço, de um plano e de um propósito. Nada existe no universo que não seja o resultado da cooperação."

Torkom Saraydarian



### **Agradecimentos**

Muitas vezes alcançar um objectivo, atingir uma meta, obter sucessos e auge, em alguns casos, dependem não só do nosso talento, trabalho duro, querer e empenho mas também da cooperação e do contributo do outrem. Aproveito a ocasião que é oportuna para manifestar os meus sinceros e nobres votos de agradecimentos:

Primeiramente, ao Instituto Politécnico da Guarda, Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto, pelo oferecimento da formação superior em Comunicação e Relações Económicas, tornando-me numa pessoa instruída, cheia de aprendizagens e saberes.

Agradeço, de forma muito especial, a minha orientadora, a professora Ana Lopes Ventura pelas pacientes e criteriosas observações e sugestões efectuadas durante o desenvolvimento deste trabalho e pela disposição, dedicação, simpatia e ensinamentos demonstrados em todo o processo.

Aos Professores no geral, especialmente, aqueles que foram muito mais do que um simples professor. Falo daqueles que sempre me acarinharam, mostrando algum tipo de preocupação, gosto e interesse relativamente aos meus estudos, ao meu progresso académico e bem-estar.

Apraz-me agradecer todos os colegas do curso e não só, com destaque, **Ruben Antunes**, **Joana Filipa de Azevedo**, **Germano Fernandes e Daniel Rasteiro**. Amigos e colegas que marcaram a minha vida neste percurso académico, pessoas inesquecíveis, prestativas, disponíveis, pessoas que me acolheram, que facilitaram e contribuíram para a minha inserção no meio estudantil, pessoas que demonstraram a mim e aos demais que o diferente, a diversidade, o não preconceito são ícones e referências para o dinamismo e a evolução.

Um nobre e intenso MUITO OBRIGADO à Embaixada de Cabo verde, a razão de existir este trabalho, por me terem aceitado e acolhido na instituição como estagiária e pelo carinho e disponibilidade a mim atribuída.

E Finalmente, não com menos importância, à minha mãe, e aos meus irmãos, pelo apoio e pela incondicional torcida e estímulo com os quais sempre contei em todas as etapas da minha vida.

A todos um eterno e profundo Obrigado.



### Índice Geral

Ficha de Identificação	I
Agradecimentos	III
Índice Geral	IV
Índice de Figuras	VI
Índice de Gráficos	VII
Siglário	VIII
Introdução	1
Capítulo 1- A Realidade Cabo-Verdiana	3
1 A Contextualização da Comunidade Cabo-verdiana em Portugal	4
Capítulo 2Embaixada de Cabo Verde em Portugal	11
2 Apresentação/Caracterização da Embaixada de Cabo Verde em Portugal	12
2.1 Enquadramento Histórico da Instituição	12
2.2 Localização	13
2.3 Logótipo	13
2.4 Estrutura Orgânica da Instituição	15
2.5 As funcionalidades, os serviços subjacentes à Embaixada	16
2.5.1 Serviços de Cooperação	16
2.5.2 Serviços Consulares	21
2.5.3 Serviços de Apoio à Comunidade e à Cultura	23
2.5.4 Serviços dos Doentes Evacuados	24
2.5.5 Gabinete do Embaixador/Protocolo	26
2.5.6 Serviços Administrativos e Financeiros	27
Capítulo 3 - O Estágio Curricular - As Actividades realizadas na instituição	29
3. O Plano de Estágio	30
3.1 Actividades Realizadas no percurso Estágio	31
3.1.1 Introdução de Informações no Portal Porton de nos ilha	31
3.1.2 Atendimento ao Público estudantil – Recepção de caloiros	34
3.1.3 Emissão de Declarações	37
3.1.4 Prorrogação da Bolsa e Reprovações	38
3.1.5 Serviço de Apoio a Comunidade e Serviço dos Doentes Evacuados	39



Considerações Finais	42
Bibliografia	44
Anexos	46



### Índice de Figuras

Figura 1 - Símbolo da República de CaboVerde	14
Figura 2 - Estrutura Formal e Hierárquica da Embaixada de Cabo Verde	15
Figura 3 - Portal Porton di nos ilha	33-34
Figura 4 - Cartão de Inscrição Consular	36



,	-			
п	г т	•	Gráf	
ш	no	100	/ _rot	LCOC
-			11111	

**Gráfico 1** - População cabo-verdiana residente em Portugal......8



### Siglário

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FICASE - Fundação Cabo-verdiana de acção social Escolar

GCV - Governo de Cabo Verde

IILP- Instituto Internacional de Língua Portuguesa

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

**ONG-** Organizações Não Governamentais

PAICV - Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PIB - Produto Interno Bruto

**SDE** - Serviço dos Doentes Evacuados

**SEF** - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

TACV- Transportes Aéreos de Cabo Verde



"Nada proporciona melhor capacidade de superação e resistência aos problemas e dificuldades em geral do que a consciência de ter uma missão a cumprir na vida"

Viktor Emil Frankl (1905 – 1997)



### Introdução

Após tantos esforços, sacrifícios e relutâncias, apresento, com satisfação, este meu trabalho académico, que funda-se num relatório de estágio curricular. Este, baseia-se na descrição e caracterização de todas as actividades/tarefas executadas durante o percurso de estágio, realizado na Embaixada de Cabo Verde em Lisboa. O trabalho não se traduz, única e exclusivamente, em dar a conhecer a instituição e as suas competências, e nem apenas no relato pormenorizado das actividades assumidas e desenvolvidas por mim, durante a realização do estágio, no percurso de três meses na Embaixada, nos Serviços de Cooperação (Departamento de Estudantes), especificamente, mas também, o mesmo simboliza, alguma vitória, desafios já ultrapassados, o cumprimento de uma missão, e alcance de uma meta, a aquisição, por minha parte, de uma formação superior. Em parte, uma concretização profissional e realização pessoal.

Este Trabalho foi realizado no âmbito da unidade curricular Estágio, leccionada no 3º ano do curso de Comunicação e Relações Económicas na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto, Instituto Politécnico da Guarda.

A minha preferência pela Embaixada de Cabo Verde como instituição para a realização do estágio deveu-se as seguintes razões: primeiramente, a minha especial ambição e interesse em tomar conhecimento de como funcionaria, na prática, uma embaixada e qual o seu grau de importância para a sua comunidade, no estrangeiro. Segunda, a embaixada é uma realidade que me desperta muita motivação, fascínio e constitui estímulo para o trabalho. É uma organização que tem como enfoque o corelacionamento, integração, interacção, e maciça ligação com o meio externo e para uma aluna de comunicação e Relações Económicas seria um grande privilégio e maisvalia, por excelência, a partir da qual teria uma possibilidade de testar, validar e transmitir os seus conhecimentos e aprendizagens adquiridas e processadas ao longo de todo o percurso Académico.

O presente relatório estrutura-se da seguinte forma, dividindo-se em três capítulos que considero ser indispensáveis para um bom entendimento e apreciação do trabalho. O primeiro capítulo assenta numa breve contextualização histórica generalizada de Cabo Verde e da sua comunidade residente em Portugal. O segundo capítulo remete-nos para



uma análise da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, através da apresentação da instituição, o seu historial, sua localização geográfica, todos os serviços que a compõem, descrição das suas actividades, realçando o tamanho importância das mesmas no que concerne a colmatagem, resposta e resolução à aquilo que são as necessidades, os problemas e as dificuldades com que a comunidade, cabo-verdiana, no caso, se depara e enfrenta em Portugal. No último momento, a narrativa minuciosa de todas as actividades e funções realizadas, por mim, com apoio e instruções de outros "colegas", naturalmente, durante o estágio, no Serviço de Cooperação (Departamento de Estudantes), bem como as considerações finais, preenchidas pela auto-avaliação na prestação das actividades, reflexão crítica e o grau de correspondência das expectativas antes tidas relativamente ao estágio realizado, o meu desempenho e contributo na organização, as dificuldades com que deparei, caso existiram, e apreciação final da utilidade de um estágio curricular como experiência para a vida profissional.

Para a realização do trabalho, recorri a alguns instrumentos de recolha de informação, nomeadamente as pesquisas cibernéticas que foram de grande importância neste processo, devido à carência de outras fontes e suportes de informação e/ou dados. Também me baseei na consulta de alguns documentos internos resultado de pesquisas e trabalhos de outras entidades, mas estes, pouco ou nada se enquadravam naquilo que eram os meus objectivos. Também como fonte de recolha de informação serviram a observação participante e recolha espontânea de informações.



# Capítulo 1

A Realidade Cabo-Verdiana



### 1 A Contextualização da Comunidade Cabo-verdiana em Portugal<sup>1</sup>

O arquipélago de Cabo Verde situa-se no oceano Atlântico, na costa ocidental da África, sendo formado por dez ilhas dividas por Sotavento (Santo Antão; São Vicente; Santa Luzia; São Nicolau; Sal e Boavista) e Barlavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava) ocupando uma superfície de 4.033 km².

As ilhas de Cabo Verde são de origem vulcânica, têm, por isso, o relevo muito acidentado e um aspecto ressequido e árido. Na maior parte das ilhas predominam as paisagens montanhosas no interior, praticamente desnudo de vegetação, alterando com vales viçosos para a prática da Agricultura. As suas ilhas foram descobertas por navegadores portugueses em Maio de 1460, sem indícios de presença humana anterior. Santiago foi a ilha mais favorável para a ocupação e assim o povoamento começa ali em 1462.

Dada a sua posição estratégica, nas rotas que ligavam entre si a Europa, a África e o Brasil, as ilhas serviram de entreposto comercial e de aprovisionamento, com particular destaque no tráfego de escravos. Cedo, o arquipélago tornou-se num centro de concentração e dispersão de homens, plantas e animais.

Com a abolição do comércio de escravos e a constante deterioração das condições climáticas, Cabo Verde entrou em decadência e passou a viver com base numa economia pobre, de subsistência.

Europeus livres e escravos da costa africana fundiram-se num só povo, o cabo-verdiano, com uma forma de estar e viver muito própria e o crioulo emergiu como idioma da comunidade maioritariamente mestiça.

Em 1956, Amílcar Cabral, um dos heróis nacionais, combatentes para a independência de Cabo Verde, criou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), lutando contra o colonialismo e iniciando uma marcha para a independência. A 19 de Dezembro de 1974 foi assinado um acordo entre o PAIGC e Portugal, instaurando-se um governo de transição em Cabo Verde. Este mesmo Governo preparou

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Os Conteúdos que preenchem a temática foram resultados da pesquisa em: http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\_id=615480 http://www.embcv.pt/conteudos\_gera\_sub.asp?idarea=7&idsub=69 e http://www.cplp.org/id-253.aspx



as eleições para uma Assembleia Nacional Popular que em 5 de Julho de 1975 proclamou a independência.

A demarcação cultural em relação a Portugal e a divulgação de ideias nacionalistas conduziram à independência do arquipélago em Julho de 1975.

Em 1991, na sequência das primeiras eleições pluripartidárias realizadas no país, foi instituída uma democracia parlamentar com todas as instituições de uma democracia moderna. Hoje Cabo verde é um país com estabilidade e paz sociais, pelo que goza de crédito junto de governos, empresas e instituições financeiras internacionais.

Cabo Verde é um estado arquipélago com uma economia subdesenvolvida e que sofre com uma carência de alternativa de recursos e com o crescimento populacional. Os principais meios económicos são a agricultura, a riqueza marinha do arquipélago, a prestação de serviços que corresponde a 80% do PIB, e mais recentemente o turismo que tem ganhado crescente relevância, tornado uma importante fonte económica para o país, o que dificulta é a questão estrutural. Cabo Verde necessita de um desenvolvimento das estradas, portos e aeroportos, de meios de comunicação rápidos e frequentes além da criação de uma forte rede hoteleira que atenda a necessidade dos turistas. As principais ilhas turísticas são a Ilha do Sal e a Ilha da Boa Vista.

A agricultura sofre com os constantes períodos de seca e carece de uma melhor infraestrutura e modernização das técnicas agrícolas, os investimentos que atenderiam a essa necessidade seriam através de uma melhor educação dos cultivadores e da organização de um mercado de consumo dos produtos. Os produtos desta agricultura de sequeiro, com base na associação tradicional do milho e dos feijoeiros anuais, destinam-se basicamente ao mercado interno cabo-verdiano (embora não satisfaçam a procura, sendo indispensável uma importação maciça de alimentos). Também se têm introduzido novas culturas de produtos e plantas como legumes, frutas e hortaliças para a distribuição interna do mercado. Os principais produtos exportados são o café, a banana e a cana-de-açúcar que possuem mercados restritos e limitados.

Outras fontes de grande comparticipação no acréscimo das receitas internas são as remessas anuais dos emigrantes nacionais, o auxílio externo e a gestão cuidada dos pagamentos ao exterior preservam a estabilidade da moeda, Escudo, cabo-verdiana. Como se vê, Cabo Verde, não dispõe de potentes e suficientes recursos capazes de



corresponder aquilo que é a procura, às exigências, e satisfação das necessidades, recursos que não estão á altura dos desafios daquela realidade.

E assim, as grandes dificuldades económicas derivadas da escassez de recursos, do clima, de epidemias e catástrofes naturais (secas) Incentivaram e levaram à emigração do povo cabo-verdiano. O número de cabo-verdianos emigrados ultrapassa largamente o dos residentes no país, sendo que cerca de metade destes emigram para os Estados Unidos e um grande número para Portugal e o Senegal.

Os cabo-verdianos constituem uma das mais importantes comunidades de imigrantes em Portugal, quer em termos absolutos, quer históricos.

A emigração dos caboverdianos para Portugal, pode ser dividida em 4 grandes fases.

Anos 50. Portugal funcionou é então um ponto de passagem (placa giratória) para a emigração caboverdiana em direcção à Europa, função que nunca perdeu.

1961-1973. O governo português promove a vinda destes emigrantes a fim de colmatar a falta de mão-de-obra que se fazia sentir para as obras públicas (construção do metropolitano de Lisboa, Hotéis no Algarve, obras várias no Porto).

As calcula-se que entre 1963 e 1974, tenham vindo para Portugal 104.767 imigrantes caboverdianos. A fim de apoiar este emigração o regime da altura criou um Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos. O meio mais utilizado por estes emigrantes primeiro foi o barco e depois o avião.

1974-1975. Na sequência da descolonização, nos espaços de dois anos entraram em Portugal uma importante vaga de novos caboverdianos. Na sua maioria eram funcionários públicos do Estado português, mas também muitos outros resolveram vir e optar pela nacionalidade portuguesa.

1976-Anos 80. As crescentes dificuldades sentidas em Cabo Verde, após a descolonização empurram para a emigração milhares de caboverdianos. É enorme o número dos que chegam a Portugal nos anos 80. As condições de acolhimento são as piores, devido à crise económica em que este país está mergulhado. Mais de 90% destes novos emigrantes instala-se na região de Lisboa - Setúbal, sobretudo nos



concelhos de Lisboa, Amadora, Oeiras e Loures. Muitos rumam para o Algarve, e um menor número para região de Aveiro-Porto-Braga.

A maior parte destes emigrantes, com elevados níveis analfabetismo, emprega-se na construção civil, nos serviços domésticos e sociais, mas também na agricultura. Os baixos salários que auferem, as condições precárias em que vivem, deixa-lhes poucas possibilidades para saírem do estado de pobreza.

Os caboverdianos tornam-se rapidamente no maior grupo de imigrantes existente em Portugal. O número de ilegais supera largamente os que têm a sua situação regularizada.

Uma parte significativa desta nova vaga de emigrantes, instala-se em improvisados bairros de barracas, que não tardam a transformar-se em autênticos "guetos" onde os problemas sociais se avolumam, como o tráfico de droga. Alguns membros desta comunidade são vítimas atentados racistas.

Anos 90. Os imigrantes caboverdianos estão longe de serem um grupo homogéneo, distinguindo-se diferentes grupos sociais de acordo com o seu nível de integração na sociedade portuguesa. Dois problemas surgem com alguma frequência associados a esta comunidade de imigrantes:

a) A desintegração social de um vasto número de jovens nascidos em Portugal, mas que não se identificam com o mesmo, nem com Cabo Verde.

b) O alojamento condigno que tarda em aparecer para milhares de caboverdianos, que continuam a viverem em habitações degradadas ou improvisadas (barracas).

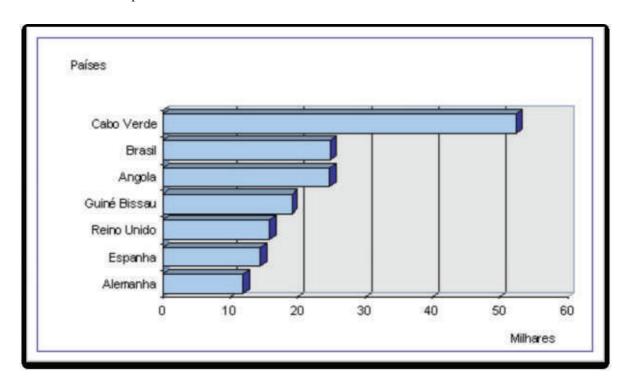
No início do século XXI, os caboverdianos deixam de ser o principal grupo de imigrantes em Portugal, quando são ultrapassados em número primeiro pelos *Ucranianos e depois pelos brasileiros*<sup>2</sup>.

Portugal tem fortemente cooperado e ajudado Cabo Verde a nível económico e social, o que resultou na indexação de sua moeda, o escudo cabo-verdiano, ao Euro, e no crescimento de sua economia interna

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Fonte: Autoria de Carlos Fontes http://lusotopia.no.sapo.pt/indexCVEmigracaoPortugal.html



São mais de 130 mil, (Gráfico 1) os cabo-verdianos que vivem em Portugal. A maioria reside na área metropolitana de Lisboa. Na Amadora, Portela. ou Oeiras estão hoje os imigrantes do arquipélago que até aos anos 90 habitaram nos bairros de construção clandestina devido à enorme carência e ausência do factor sustentabilidade. Esta é a comunidade estrangeira que primeiro chegou a Portugal. As Estatísticas, afirmam que este número ultrapassa os 100 mil.



**Gráfico 1** - População cabo-verdiana residente em Portugal **Fonte:** http://www.alea.pt/

A comunidade Cabo-verdiana encontra-se integrada nas Comunidades dos Países de Língua Portuguesa. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que foi criada em Lisboa em Julho de 1996 e é integrada pelos oitos Estados que têm o Português como língua oficial: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Com Sede em Lisboa, são três os eixos principais de acção da CPLP:

- a) **A cooperação político-diplomática,** nas Nações Unidas e em *dossiers* internacionais diversos;
- b) A cooperação técnica e económica para o desenvolvimento da agricultura, saúde, ambiente, mundo empresarial, questões aduaneiras;



## c) A cooperação na expansão internacional da Língua Portuguesa e na acção cultural

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros, goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira. A Organização tem como objectivos gerais:

- A concertação político diplomática entre os seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social.
- A materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.

### A CPLP é regida pelos seguintes princípios:

- > Igualdade soberana dos Estados membros;
- ➤ Não-ingerência nos assuntos internos de cada estado;
- Respeito pela sua identidade nacional;
- Reciprocidade de tratamento;
- Primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social;
- Respeito pela sua integridade territorial:
- Promoção do desenvolvimento;
- Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

No acto de criação da CPLP, foram estabelecidas como órgãos da Comunidade as seguintes instâncias:

- a) A Conferência de Chefes de Estado e de Governo
- b) O Conselho de Ministros
- c) O Comité de Concertação Permanente
- d) O Secretariado Executivo



Posteriormente, os Estatutos revistos na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Brasília, 2002) estabeleceram como órgãos adicionais da CPLP:

- a) As Reuniões Ministeriais Sectoriais
- b) A Reunião dos Pontos Focais da Cooperação

Em Luanda, o X Conselho de Ministros em 2005 estabeleceu também como órgão adicional:

O Instituto Internacional de Língua Portuguesa - IILP.

Durante a X Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Luanda em Julho de 2005, os Estados membros aprovaram uma Resolução que criou os chamados Grupos CPLP.

Os referidos Grupos são constituídos por um mínimo de três Representantes dos países da Comunidade junto a Governos ou organizações internacionais e têm como objectivos coordenar posições relativamente a interesses comuns, assegurar a representação da CPLP em conferências, seminários e reuniões internacionais, efectuar diligências conjuntas, quando aplicável, intercambiar informações sobre a realidade política e governamental do país onde se encontrem, apoiar a realização de eventos organizados no âmbito da CPLP e divulgar as actividades e realizações da própria Comunidade.

Como já referimos anteriormente, a Comunidade cabo-verdiana em Portugal tem uma expressão considerável em termos de volume populacional. Devido a este factor tornou-se premente a existência de uma organização que agisse em prol dos seus cidadãos, que constituísse uma "mão amiga", que servisse, acolhesse, amparasse, e prestasse solidariedade para com os nacionais cabo-verdianos. Deste modo, a Embaixada de Cabo Verde em Portugal constitui uma mais valia no processo de integração desta comunidade em território português.



# Capítulo 2

## Embaixada de Cabo Verde em Portugal



# 2 Apresentação/Caracterização da Embaixada de Cabo Verde em Portugal

### 2.1 Enquadramento Histórico da Instituição

Uma embaixada é a representação de um governo, de um estado, de um país no estrangeiro, é uma organização sem fins lucrativos, de extrema importância para todos os cidadãos que se encontram fora do seu país e distante do seu país de origem. Esta, é vista como um "lar" de esteio e protecção para os seus cidadãos, presta apoios significativos e de grande porte para a comunidade que se traduz num conjunto de serviços de natureza diversa, que vai ao encontro daquilo que constitui a satisfação das necessidades, quereres, expectativas, preocupações e aflições da comunidade, proporcionando aos respectivos nacionais o conforto e bem-estar colectivos.

Em 1975, Cabo Verde, que foi colónia de Portugal desde o século XV, torna-se Independente. Após a sua independência em Julho, torna-se fundamental estabelecer relações diplomáticas com vários países, em especial, Portugal. Foram nestas circunstâncias, que em Outubro do mesmo ano, chega ao Portugal o primeiro corpo diplomático da república de Cabo Verde, no âmbito da orientação política superiormente definida e concretizada na decisão com força da lei nº12/75, publicada no Boletim Oficial nº23, a 06 de Dezembro.

A embaixada, presta apoio aos seus nacionais e promove a diplomacia cabo-verdiana em Portugal, emergiu como reacção e resposta à vasta aglomeração da comunidade cabo-verdiana, em Portugal, bem como para estabelecer dispositivos concretos indispensáveis a uma dinâmica de cooperação com o estado português. É missão da embaixada trabalhar em parceria visando o crescimento de Cabo Verde em todos os níveis: sociais, técnicos, tecnológicos, culturais, e científicos. Antes do estabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e cabo verde, o apoio aos cidadãos cabo-verdianos era assegurado mediante ao contributo da embaixada de Guiné-Bissau.

A embaixada é simplesmente um agente oficial de um estado em território estrangeiro, encarregado de lhe promover os interesses e de proteger os seus nacionais, caboverdianos, no caso.



### 2.2 Localização

Para a instalação, a exequibilidade das funcionalidades da Embaixada com vista à promoção da melhoria da qualidade de vida e fazer valer a sua missão para com os seus cidadãos, e parceiros, houve a necessidade do improviso, de se recorrer ao arrendamento de um espaço simples e recatado, *a priori*, situado na Rua Pinheiro de Chagas, prédio nº101, no 1º andar, Lisboa, para a estruturação e implementação dos seus serviços e tarefas. Posteriormente, devido ao crescente número da comunidade, crescimento do próprio país e alargamento de relações entre Cabo Verde com outros países, impunha-se uma instalação mas condigna, e onde coubessem os diversos serviços prestados ao próprio país e a comunidade. Actualmente, a embaixada localizase na Avenida do Restelo, Nº33 Algés, na cidade de Lisboa.

O horário de funcionamento da embaixada, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira das 9:00 às 16:00 h, e aos sábados, com o mesmo horário, o edifício principal e os serviços principais da embaixada, com elevados números de utentes para atendimento, não contando com o funcionamento do Departamento de Estudantes.

É a única que funciona aos sábados, todo esse esforço e particularidade, na esperança de apoiar e servir cada vez mais os seus cidadãos, inclusive aqueles que, devido a outros encargos, e de maior importância não conseguem tratar os seus assuntos nos dias úteis.

### 2.3 Logótipo

Com a expansão das relações que se estabeleceram entre os vários países, tornou-se necessário o reconhecimento dos mesmos através dos seus símbolos nacionais (armas). Os símbolos nacionais<sup>3</sup> são símbolos de qualquer entidade que se considere e se manifeste para o mundo como nações e países num estado de dependência colonial ou de outro tipo, integração confederativa ou mesmo uma comunidade etnocultural considerada como nacionalidade a despeito da ausência de autonomia política.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Fonte: http://www.reformadoestado.gov.cv/



Através de representações visuais, verbais ou icónicas do povo, dos valores, objectivos ou da história nacional, os símbolos nacionais pretendem unir pessoas sob um forte sentimento de patriotismo e aspirações nacionalistas.

Depois de 15 anos da independência, com a abertura democrática, Cabo Verde alterou os seus símbolos nacionais para os actuais (Figura 1):



**Figura 1 -** Símbolo da República de Cabo Verde **Fonte:** www.embcv.pt

- > O Prumo simboliza verticalidade e rectidão as quais constituem a "chave abóbada" da Constituição Cabo-verdiana;
- ➤ O Triângulo equilátero simboliza unidade, igualdade de direitos civis reconhecidos ao povo pelo sistema democrático;
- ➤ O Archote simboliza a liberdade conquistada após muitos anos de sacrifício, tortura e luta contra os opressores;
- ➤ O Mar simboliza nostalgia; braço de água que envolve as ilhas; inspiração dos poetas; sustento do povo; território do país;
- ➤ As Palmas simbolizam a vitória conquistada na luta pela independência nacional, objectivo que animou o Povo e foi o seu sustentáculo moral na caminhada difícil dos períodos de seca;
- As Estrelas representam as dez ilhas que formam o Arquipélago de Cabo Verde.

O uso do símbolo da República de Cabo Verde, na embaixada, estará intimamente ligado ao contexto histórico, político e social que discrimina a realidade Cabo Verde, a colonização e escravatura, a luta incansável pela independência, tornando-os num povo eufórico e democrático.



### 2.4 Estrutura Orgânica da Instituição

A estrutura orgânica consiste no mapa, na representação esquemática de todas os órgãos, os departamentos e as funcionalidades que compõem o corpo da instituição, a forma como estes se articulam para desenvolver as suas actividades e competências, visando ao alcance de objectivos e resultados estabelecidos.

A Figura que se segue apresenta, resumidamente, como é composto o sistema organizacional da missão diplomática.

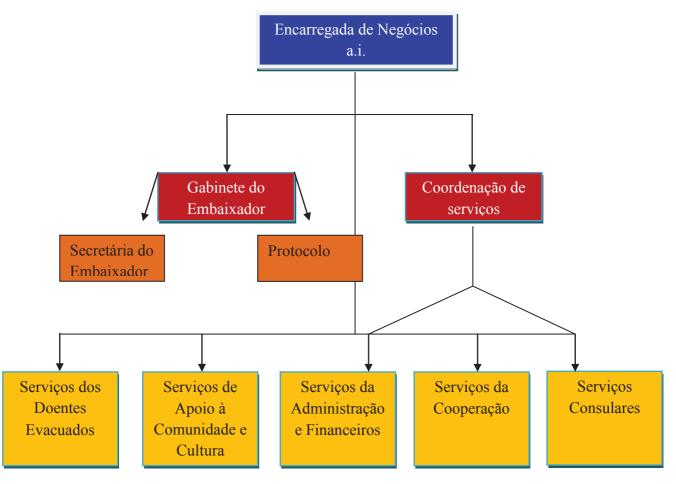


Figura 2 - Estrutura Formal e hierárquica da Embaixada de Cabo Verde Fonte – Elaboração da própria

No período em que decorreu o estágio a embaixada era chefiada por uma encarregada de negócios a.i<sup>4</sup>., da qual depende directamente o gabinete. Este é constituído pela secretária e serviço de protocolo. Ainda dependente da encarregada de negócios tem os

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> a.i. *Ad Interim* - É uma encarregada interina, provisória, até a nomeação do novo embaixador



vários diplomatas/directores de serviços. O SDE divide-se em doentes da promoção social e doentes da INPS. O serviço da comunidade subdivide-se em comunidade e cultura. Os serviços consulares dividem –se em consulados (pedidos de documentação)e a secretaria. Os serviços administrativos e financeiros subdividem-se em recursos humanos, administração, tesouraria e contabilidade e finalmente os serviços de cooperação dividem-se em CPLP, Ensino Superior e formação Profissional.

### 2.5 As Funcionalidades, os serviços subjacentes à Embaixada

À embaixada compete um conjunto de serviços, actividades, tarefas de ordem, especificidade, e natureza vário com um fim último, servir os seus cidadãos, proporcionando aos mesmos, o bem-estar e a satisfação, pelo menos, a um dado nível. Esses serviços desempenham funções exclusivas, sem descartar, o sempre correlação e troca constante de informações e saberes, afinal, trata-se, de um sistema complexo com uma visão holística, onde é indispensável o envolvimento de todas as partes que compõem o mesmo de modo a levar a cabo os seus objectivos e responsabilidades.

A manutenção, alteração, expansão ou restrição de algum serviço na instituição, é muito flexível e sensível, preocupado sempre com os objectivos traçados na própria instituição em função da melhoria do seu trabalho e da sua cidadania. Dos serviços, destacam-se os serviços Consulares, Serviços de Apoio à Comunidade e Cultural, Serviços dos Doentes Evacuados, Serviços da Cooperação e protocolo.

### 2.5.1 Serviços de Cooperação

Existem diferentes tipos de cooperação que se estabelecem entre a Embaixada e outras instituições, entre as quais:

- Cooperação Multilateral implica a comparticipação e o contributo de todos os estados membros, que são as várias partes interessadas no desenvolvimento e o progresso da comunidade. A Embaixada participa activamente no desenvolvimento dos trabalhos de dois dos órgãos da CPLP: o Secretariado Executivo e o Comité de Concertação Permanente.



Tendo a CPLP a sua sede em Lisboa, a Embaixada da República de Cabo Verde nesta cidade assume um papel de destaque no seguimento e na participação de Cabo Verde nos trabalhos da CPLP.

É o Serviço de Cooperação desta Embaixada que faz todo o acompanhamento desses trabalhos, que envolve todas as estratégias definidas para cooperação multilateral e bilateral ente os Estados-membros; os projectos e acções a desenvolver; a preparação dos diversos eventos (desde as reuniões dos órgãos máximos da CPLP, o Conselho de Ministros da CPLP e a Conferência dos Chefes de Estado e do Governo da CPLP, às Reuniões Ministeriais sectoriais, às Reuniões do Pontos Focais de Cooperação, às reuniões dos Grupos de Trabalho e às diversas conferências e simpósios temáticos).

### - Cooperação Bilateral

Consiste na Cooperação entre Cabo Verde e Portugal, bem como os países acreditados em Cabo Verde e com representação diplomática em Portugal (Austrália, Chipre, Croácia, Dinamarca, Finlândia, Grécia, Hungria, Luxemburgo, Noruega, Ordem de Malta, República Checa, Timor Leste).

### - Cooperação Descentralizada

No âmbito da Cooperação Descentralizada destacam os Protocolos de Geminação entre Câmaras Municipais Cabo-verdianas e Portuguesas. Ao longo dos anos, muitos foram os acordos de cooperação que se estabeleceram no âmbito das Geminações, e que têm permitido o intercâmbio de conhecimentos, em áreas diversas. É também a missão desta unidade diplomática fazer o acompanhamento destes processos.

### - Cooperação no âmbito de Investimentos e Assuntos Económicos

Aborda as condições gerais que o país apresenta prestam-se ao desenvolvimento de todo o tipo de actividades económicas nos mais diferentes sectores, como Industrial, de Serviços, Pescas, Turismo e construção.



Incentivos de Investimentos em cabo verde:

- > Porton di nos ilha
- Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde
- Cabo Verde Investimento Agência Cabo-verdiana de Promoção e Investimento
- Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento
- Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de Barlavento

Nesta parte do Serviço que engloba um conjunto de intervenções, actividades, e funcionalidades que estão intimamente ligados à educação, o percurso académico, (formação superior e profissional) dos estudantes cabo-verdianos. Ali, trabalham três técnicas superiores a tempo inteiro: a Dra. Filomena Lopes, responsável pela cooperação multilateral e cooperação bilateral no âmbito do ensino superior; a Dra. Célia Vida, responsável também pela cooperação bilateral no âmbito do ensino superior; e a Dra. Sofia Ferraz, responsável pela coordenação bilateral no âmbito do ensino profissional. A primeira, embora tenha mais responsabilidades e outras ocupações, sendo a coordenadora de todo o serviço, exerce também, tal como as demais, o papel de técnica de atendimento. Compete-lhes:

### Departamento de Estudantes - Educação

No âmbito da Formação Superior:

- Servir de intermediários entre as entidades relacionadas ao Ensino de Cabo Verde e de Portugal;
- O contacto com instituições, estabelecimento de ensino, portuguesas com o carácter educacional;
  - O acompanhamento de seus estudantes no exterior, Portugal;
- A participação no processo de recrutamento e selecção de professores portugueses que escolhem o mercado Cabo Verde de emprego;



- Prestar informações gerais e úteis sobre Cabo Verde à nível social, económico, empresarial, de investimentos e comercial inclusive para quem pensa investir no país e para quem pensa em conhecer e desfrutar das maravilhas do país;
- Concessão de Apoios aos mais carentes, usando o da Embaixada (Isenção ou redução de Propinas para os estudantes);
- Informação/esclarecimento de dúvidas que persistam, atendimento telefónico ou presencial;
- Ingresso e Matrícula no Ensino Superior (Tratamento dos processos de candidatura);
  - Recepção dos Caloiros;
- Propinas- em casos específicos, os bolseiros poderão estar dispensados do pagamento de propinas, na medida em que competirá ao Ministério da Educação e Ciência de Portugal a cobertura das mesmas. De forma a conhecer a sua condição, todo e qualquer estudante bolseiro deverá contactar, anualmente, o Departamento de Estudantes a fim de saber se estará, ou não, isento desse pagamento.

No caso do titular de subsídio para licenciatura ou Mestrado, bolsa de continuação de estudos ou de complemento de licenciatura, caberá sempre ao estudante o pagamento das propinas.

O bolseiro deverá fazer prova da sua condição junto da Instituição de Ensino e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, apresentando a Declaração que o Departamento de Estudantes facultará sempre que solicitada;

- Emissão de Declarações com fins distintos, dependendo da situação do estudante e da situação como estudante (Efeitos de inscrição/renovação de inscrição no centro de saúde, condição bolseiro e não bolseiro, Isenção Alfandegária<sup>5</sup>, Isenção de Emolumentos, pedido de visto ás outras embaixadas)<sup>6</sup>;

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Terminada a formação, espera-se o regresso do quadro a Cabo Verde, sendo possível aos finalistas (bolseiros e não bolseiros) transportarem os seus haveres com beneficios alfandegários, consubstanciado em redução ou isenção das taxas cobradas no destino. Declaração mediante a apresentação da relação dos bens e do certificado de fim de curso. Podem fazer parte da listagem todos os bens materiais adquiridos ao longo da formação, com excepção para veículos automóveis e motorizados.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Estas declarações podem ser solicitadas presencialmente, ou através de correio electrónico, por fax ou carta, sendo indispensável a apresentação do comprovativo de matrícula para os estudantes que não são bolseiros.

Fonte: http://www.embcv.pt/



- -Preparação mensal das folhas de pagamento das Bolsas de estudo, normalmente o pagamento é feito no final de cada mês;
- -Inscrição Consular, ainda que seja um serviço característico dos serviços consulares, é realizada no departamento, apenas para estudantes. Todos e quaisquer Estudante caboverdiano está isento de pagamento, maioritariamente, dos serviços que são prestados aos mesmos na instituição, no total, desde que saibam validar e usufruir do estatuto estudante, por meio de um comprovativo escolar;
- -Requisições de Verbas e requisições para o levantamento do bilhete de passagem junto dos TACV;
- -Visitas aos Estabelecimentos de ensino e encontros com estudantes ;
- -Renovação das Bolsas do GCV;
- Participação em Conferências, fóruns, reuniões e outros eventos.
- Criação, gestão e actualização do conteúdo dos processos dos estudantes bolseiros, manual ou digitalmente, este último num portal de informações;
- Anúncios de concursos e candidaturas tanto para bolsas de estudos como para vagas;

### No âmbito da Formação Profissional

O acesso à Formação Profissional em Portugal por parte de estudantes cabo-verdianos, residentes em Cabo Verde, é possível tendo em conta os acordos que se estabelecem entre Cabo Verde e Portugal. Anualmente a Direcção Geral da Juventude encarrega-se da selecção de jovens que pretendem frequentar o ensino técnico em Portugal assim como as Câmaras Municipais, que têm protocolos com Escolas Profissionais Portuguesas, fundações e associações nacionais.

Desde sempre existiu, e actualmente, é cada vez mais visível e presente, a procura de uma vida melhor, com alguma qualidade, dignidade e prosperidade. Todos traçam objectivos, seleccionam métodos, definem estratégias, para atingir um fim, quando conseguido, este equipara-se á realização pessoal e á felicidade. Retratando de Cabo Verde, um país em desenvolvimento, com recursos escassos, com poucos meios de subsistência, com desigualdade social considerável e pouca espacialização e horizontes, o êxodo para o estrangeiro, no caso Portugal, é encarado e sentido como uma grande e



brilhante oportunidade de realização e concretização individual. É justamente isso, o que um estudante cabo-verdiano, e não só, projecta e deduz quando emigra para fora.

Muitos estudantes cabo-verdianos do Ensino profissional, principalmente, devido a imensa vontade de experimentação, simples curiosidade, motivada por alguém, ingénua forma de encarar a realidade, muita fantasia e ilusão com " A moda " Portugal, sujeitam-se à uma vida contingente, no contexto da formação, só pelo simples facto de, antes, terem alimentado e acarinhado a ideia de emigração, viagem, viver num país diferente e "hoje" se verem a um passo de tornar o sonho em realidade. Por vezes, é espantoso e impressionante a falta de interesse, de responsabilidade e preocupação que os estudantes demonstram, nem o simples conhecimento do nome do curso que vão frequentar naquele estabelecimento de ensino adquirem, que dirá, os conteúdos do mesmo, os acordos relativamente ao meio de subsistência é uma realidade que não os assiste. Neste departamento, para fazer a inscrição consular é indispensável a declaração da matrícula ou senão, algum documento que comprove que o estudante está em Portugal para dar continuidade aos seus estudos. Mas em muitos casos, não é apresentado qualquer documento comprovativo, culpa e desleixo, em parte, das entidades que os atribuem as vagas. E por fim, cada esquecimento, não cumprimento do definido, ou falha representa dificuldades, e "sanção" para os mesmos.

Todos esses elementos, factos e factores representam parte Significativa das matérias de que se ocupa o serviço.

### 2.5.2 Serviços Consulares

A Secção Consular da Embaixada de Cabo Verde em Portugal é a resposta às necessidades que os cidadãos cabo-verdianos sentem em apelar aos serviços públicos nacionais para o exercício dos seus direitos assim como o cumprimento das suas obrigações, o Serviço presta apoio consular aos cidadãos nacionais aqui residentes, processando os pedidos de visto para os cidadãos estrangeiros que dele necessitem para se deslocar a Cabo Verde.



É função da autoridade consular zelar para que todo cidadão cabo-verdiano dentro de sua jurisdição tenha protecção e seus interesses e direitos resguardados, respeitando sempre as leis cabo-verdianas e as leis locais.

Os actos Consulares manifestam-se em:

- > Inscrição Consular
- Reconhecimento de Assinaturas
- Registo de Nascimento "Ab initio"
- Procurações
- > Instrumento de Consentimento
- Cartão Consular
- > Autenticação de Documentos
- > Escrituras Públicas

### Serviços como:

- Emissão de Vistos (para os estrangeiros)
- ➤ Emissão de Documentos (Como Certidão de Nascimento, Registo Criminal, Passaportes, Alvará de Trasladação)
- Perfilhação
- Casamento (Organização do processo de Casamento, Casamento na Embaixada,
   Casamento fora da Embaixada e a Transcrição de Casamento)
- Aquisição da Nacionalidade Portuguesa (Por casamento ou Por Opção própria)<sup>7</sup>

É de enfatizar que a Secção Consular da Embaixada é o Serviço que tem a seu cargo os actos de protecção consular, de entre os quais se salientam a assistência necessária e possível às pessoas singulares e colectivas cabo-verdianas no estrangeiro, nos termos das leis nacionais e estrangeiras em vigor de acordo com o direito Internacional.

-

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Fonte: http://www.embcv.pt/



### 2.5.3 Serviços de Apoio à Comunidade e à Cultura

Os serviços de apoio á comunidade é um serviço de solidariedade, querer ajudar o próximo, interpretar o enigma, dar respostas rápidas e eficientes á aflição com que o cidadão familiariza.

Aqui em Portugal a comunidade cabo-verdiana, segundo a estimativa, ultrapassa 140 mil cabo-verdianos, muitos deles em situações difíceis, caóticas, e tristes, as condições que lhes assistem são precárias, desproporcionais e incapazes de acudir e responder os sobressaltos da vida. São pessoas que pedem ajuda porque vivem problemas de ordem inconstante, sem rumos nem cálculos para a sua resolução, *a priori*.

- ➤ O serviço funciona como gabinete de assistência e atendimento social à comunidade cabo-verdiana residente em Portugal, exercendo as seguintes actividades principais:
- > Prestar Solidariedade;
- Atendimento diário, onde cada cidadão terá um momento para desabafar e partilhar tudo aquilo que de uma certa forma, lhe perturba e afronta.
- Apoio reunião, organização de documentos para a legalização;
- > Apoio ao regresso definitivo a Cabo Verde;
- Apoio jurídico de carácter informativo;
- Visitas aos bairros da comunidade cabo-verdiana;
- Visitas aos estabelecimentos prisionais;
- Parceria com varias associações que zelam pelo mesmo propósito A melhoria do nível de vida dos cidadãos<sup>8</sup>.

Relativamente a parte cultural do serviço, o apoio apresenta-se como Conjunto Cultural da república de Cabo Verde, tendo como objectivo a preservação da história da identidade Cabo-Verdiana e tudo aquilo que compõe o "cabaz" património cultural. Neste âmbito procura-se promover, apoiar e divulgar as manifestações artísticas e culturais nas mais variadas formas de expressão, como teatro, dança, música, literatura, fotografia e artes plásticas. A cultura como veículo de comunicação para se difundir o nome, os serviços ou fixar imagem de uma instituição.

-

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Fonte: Estas informações foram prestadas pelos funcionários da instituição.



Os serviços prestados desta categoria pela Embaixada são feitos através deste núcleo, que desenvolve acções como prestação de informações acerca de Cabo Verde, objectos simbólicos do mesmo, apoio às instituições, através de comparticipação financeira e/ou empréstimos de material para exposições; e ainda oferecendo inúmeras informações a várias entidades ligadas à comunidade, como Câmaras Municipais, escolas, hospitais, agências funerárias, instituições de caridade, ONG, entre outras.

Esta comunidade tem desenvolvido um forte potencial associativo, cerca de 40 Associações de Cabo-verdianos e recentemente organizaram-se numa Federação das Organizações Cabo-verdianas que ainda se encontra em fase de consolidação.

### 2.5.4 Serviços dos Doentes Evacuados

O Serviço de Doentes Evacuados da Embaixada de Cabo Verde (SDE), embora tenha assumido diferentes designações ao logo do tempo, trata-se de um serviço que existe desde a criação desta Embaixada em Portugal, exclusivamente vocacionado para apoiar os doentes evacuados de Cabo Verde.

Foi Estabelecido um acordo entre o Governo de Portugal e Cabo Verde no domínio da Saúde que permite garantir o tratamento em Portugal, a cidadãos cabo-verdianos carentes de cuidados diferenciados e delicados por se encontrarem esgotados os recursos de diagnóstico e tratamento no em Cabo Verde. Portanto para as Doenças de causa desconhecida, de tratamento incerto e que apresentam risco elevado de deixar sequelas, se não, a perda da vida, existiu desde sempre, a possibilidade de os doentes serem evacuados para Portugal e serem acolhidos por Hospitais portugueses, levando a cabo o tratamento intensivo para a sua cura.

### Entidades Envolvidas na Evacuação de Doente em Cabo Verde:

Médico assistente - dá início ao processo de evacuação do doente, propondo-o à respectiva Junta de Saúde, quando considera esgotado os meios de diagnóstico e tratamento no país;



- Juntas de Saúde de Barlavento e Sotavento em reuniões programadas ou extraordinárias, observam e decidem sobre a necessidade de evacuação do doente;
- ➤ Ministro da Saúde cabe a S.E. o Ministro da Saúde a decisão última sobre a evacuação do doente, homologando o mapa da Junta de Saúde;
- Ministério da Saúde, Direcção-Geral da Solidariedade Social, Instituto Nacional da Previdência Social, Banco Comercial do Atlântico e Banco de Cabo Verde entidades responsáveis pelo pedido do visto, marcação da viagem, compra do bilhete de passagem, comunicação à Embaixada da data da evacuação, bem como de todos os demais expediente relacionado com a viagem;

### Entidades Envolvidas no Processo de Evacuação em Portugal:

- Direcção-Geral da Saúde portuguesa
- Instituição que coordena as evacuações no país de acolhimento
- ➤ Hospitais públicos portugueses:

### Apoio prestado pelo SDE:

- > Acolhimento no Aeroporto;
- Encaminhamento para o Serviço de Urgência do Hospital indicado pela Direcção-Geral da Saúde portuguesa;
- Transporte do doente do aeroporto para casa de familiares ou pensões;
- Atendimento personalizado do evacuado (o primeiro atendimento para abertura do processo pode ser feito em qualquer dia útil, após a chegada do doente. Atendimentos subsequentes são feitos às terças e quintas das 09h00 às 12h00. Nos casos urgentes atende-se em qualquer dia útil, devendo o doente dirigir-se à porta principal);
- Apoio do motorista nas primeiras consultas;
- > Acompanhamento durante as fases do tratamento;
- Apoio com viatura nos casos de maiores dificuldades de locomoção;



- Contactos com os Técnicos de Saúde dos diversos hospitais onde os doentes são assistidos;
- Contactos diários com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com vista à renovação da autorização de permanência (documentos necessários à renovação da autorização de permanência);
- E por fim o seu Retorno após a Alta médica.<sup>9</sup>

O Serviço conta com o grandioso contributo prestado pela **Girassol Solidário** que é a Associação de Apoio aos Doentes Evacuados de Cabo Verde, sem fins lucrativos que desenvolve em regime de voluntariado, acções de carácter humanitário, social, cultural e lúdico.

O projecto desta organização, presidida por Maria Teresa Noronha, assenta no pressuposto de que a solidariedade, sendo um processo de libertação social e de autoconhecimento colectivo, é uma qualidade que se exprime e que se manifesta naturalmente<sup>10</sup>.

#### 2.5.5 Gabinete do Embaixador/Protocolo

É função da secretária do Gabinete do embaixador fazer a marcações e preparar a agenda, reuniões, visitas e demais solicitações do Chefe de Missão, bem como trabalhar com diversos serviços da Missão, sempre que for solicitado apoio protocolar e apoio logístico.

O Protocolo é conjunto de normas e regras que orientam o uso das formalidades que regem determinadas cerimónias. Seu objectivo é ordenar eventos, minimizando os erros, falhas, embaraços, imprevistos, gafes e a necessidade de improvisos. Proporciona também a "identidade" da embaixada ou algum evento com o qual a mesma tem alguma ligação. Assim, ao frequentar outras situações semelhantes é fácil reconhecer a embaixada pelo modo como a assembleia é conduzida, pela presença dos seus símbolos e pelo tratamento entre os presentes.

\_

<sup>9</sup> Fonte http://www.embcv.pt/

<sup>10</sup> Fonte http://www.girassol-solidario.org/



É também da competência deste serviço manter contacto com os gabinetes de altas Entidades cabo-verdianas, sempre que haja visitas por fazer a escolas secundárias ou superiores em Lisboa. Tem participação activa na elaboração do programa de visitas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e outros organismos, sempre via Protocolo de Estado, indicando e sugerindo a organização de programas conforme os objectivos da visita. É assim responsável pela concertação entre a parte cabo-verdiana e a parte portuguesa.

A título de exemplo indicam-se algumas situações em que no quotidiano de um profissional de secretariado os conhecimentos protocolares são uma valia importantíssima: no acto de receber, ao cumprimentar, na comunicação verbal, na comunicação escrita, na organização de micro eventos (como as reuniões ou as refeições de trabalho) ou eventos de maior dimensão.

A falta ou o não cumprimento do protocolo conduzem a situações que evidenciam a desorganização de um evento e frequentemente proporcionam situações constrangedoras.

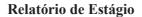
#### 2.5.6 Serviços Administrativos e Financeiros

Os Serviços Administrativos são dirigidos por uma administradora e exercem a sua acção nos domínios da administração financeira e patrimonial, do pessoal e do expediente e arquivo. Os Serviços Administrativos compreendem:

- ➤ A Divisão de Pessoal e Expediente
- ➤ A Divisão de Contabilidade e Património (a Tesouraria, dirigida por um tesoureiro)

Aos Serviços Financeiros competem:

- > Pagamento
- > Recebimento
- Serviços Bancários
- > Folha de Pagamento
- Analisar a contabilidade da embaixada.





Os serviços administrativos e financeiros exercem a sua actividade nos domínios da administração financeira e patrimonial, e compreendem as seguintes áreas:

- Gestão Financeira;
- > Contabilidade:
- > Tesouraria;
- > Economato e Inventário.



# Capítulo 3

O Estágio Curricular - As Actividades realizadas na instituição



#### 3. O Plano de Estágio

Como já tinha referido inicialmente, o meu estágio curricular decorreu na Embaixada de Cabo Verde, mais precisamente, no Serviço de Cooperação (Departamento de Estudantes), no período de três meses, Setembro a Dezembro de 2011, nos dias úteis, a tempo inteiro e em conformidade com o horário de expediente da instituição, das 9 Horas às 16 horas sob o supervisionamento da Doutora Célia Vida em colaboração com a coordenadora do Serviço, Doutora Filomena Lopes e com a responsável pela Formação Profissional, Sofia Ferraz.

O Plano de Estágio que se segue foi feito por mim sob a orientação e a colaboração da minha supervisora no local de estágio. Este visa orientar a programação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação das actividades desenvolvidas durante o estágio, de acordo com os objectivos da minha formação profissional. Engloba o conjunto de tarefas, realizadas, durante o percurso de estagiária. Estas exprimem-se nas seguintes tarefas:

#### Primeira Etapa:

- ➤ Inserção de informações curriculares nos processos individuais de cada estudante bolseiro do Governo de Cabo Verde, no portal, base de dado *Porton di nos ilha* na área da Educação;
- Prestação de informações, presencial, via correio electrónico, via telefónico
- Emissão de Declarações para fins diversos;
- Recepção de Caloiros vindos de Cabo Verde;
- Atendimento e apoio aos estudantes;
- Organização, actualização dos processos estudantis;
- Digitalizações;
- Tratamento de processos de candidaturas de estudantes para a entrada no ensino superior;
- Autenticação de documentos de estudantes;
- Elaboração de notas de remessas e notas verbais.

#### Segunda etapa:

> Envio de faxes para outras entidades;



- Registo de entrada e saída de correspondência;
- ➤ Breve Passagem pelos Serviços de Doentes Evacuados e Serviços da Comunidade, para tomar conhecimento das suas funcionalidades, competências e responsabilidades.

No dia 5 de Setembro foi o meu primeiro dia de estágio. Nesse dia não realizei quaisquer actividades inseridas no plano de estágio, porque este serviu para a minha contextualização e harmonização com a instituição, de modo a facilitar a minha rápida e fácil integração no meio onde iria cooperar não individualmente mas em equipa. Para isso, a minha supervisora, Doutora Célia Vida, foi-me apresentando a instituição, as pessoas que lá trabalhavam, aos vários serviços, as funcionalidades que são preocupações e competências da Embaixada, ou seja, a Instituição de um modo geral e total, para que tivesse uma noção e daí construísse uma ideia geral daquilo que é a Embaixada na realidade. E só depois, passado dois dias é que comecei a consolidar, executando, as minhas tarefas como estagiária conforme o definido no plano de trabalho.

#### 3.1 Actividades Realizadas no percurso Estágio

#### 3.1.1 Introdução de Informações no Portal Porton de nos ilha<sup>11</sup>

Estive num período de quase um mês e meio a dedicar-me exclusivamente à introdução de informações, de âmbito pessoal, curricular, bancário, de estudantes bolseiros de Cabo Verde, individualmente, no portal. Estas informações além de serem bastante importantes na identificação de cada estudante, factor diferencial de cada caso e processo, eram indispensáveis para o bom desempenho e funcionamento contínuo do serviço que dependia dos dados introduzidos, das alterações e actualizações de estados feitas para, assim, poderem tomar conhecimento de quais os próximos passos a procedimentos a admitirem com base naquilo que já se encontra disponível para uma consulta e a partir desta a deliberação e respostas a casos pendentes e não só. Haviam vários campos no programa, tais como a identificação pessoal do estudante, os dados

O portal "Porton di nos ilha" é um instrumento de relacionamento da Administração Pública Cabo-verdiana com os seus utentes. A partir desta única interface, cidadãos e empresas podem, de forma segura, simples e rápida, obter informações, interagir e efectuar transacções com diversos serviços da Administração Pública. Fonte: http://www.nosi.cv/



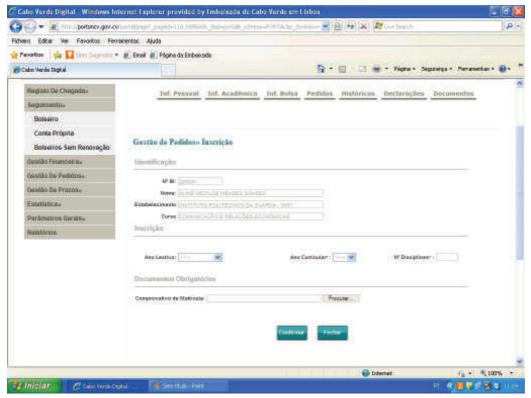
dos documentos de identificação bilhete de identidade e passaporte, a morada, os contactos, os dados da conta bancária, para que se possa proceder o pagamento das bolsas de estudos que são feitas no final de cada mês, e as unidades curriculares, que implica a introdução do nome de cada disciplina, o seu código, em que o aluno se inscreve a cada ano lectivo. Deste modo pretende-se controlar o desempenho escolar de cada aluno e o seu grau de aproveitamento, porque para os bolseiros a reprovação é um acto inaceitável, perdem automaticamente a bolsa de estudos. Em circunstâncias particulares poderão existir segundas oportunidades, concedidas após uma análise detalhada e profunda da situação que se encontra o estudante em causa.

Esta tarefa de inserção de dados nos devidos campos não era nada difícil, e só foi concretizada graças à explicação da supervisora, bem como o esclarecimento de dúvidas, surgidas algumas vezes, por parte dos outros colegas. Desta maneira, me vi apta para o desafio, embora tenha que confessar que se tratava de uma tarefa repetitiva, o mesmo comportamento para todos os casos, ou seja, todos os estudantes bolseiros de Cabo Verde em Portugal, tarefa pouco estimulante que exigia muita paciência e calma. O programa era muito lento, levava minutos significativos para a aceitação dos dados introduzidos e em algumas situações não aceitava simplesmente. Para estes, tive que criar um documento preenchido pelos erros para depois serem estudados, analisados e interpretados por técnicos informáticos responsáveis pela criação e programação do sistema. Foi alvo de algum aborrecimento mas depois resolveu-se a situação, a assim, demos continuidade ao trabalho que foi longo e moroso.

A figura abaixo mostra o Portal de informações a partir do qual estive e executar tarefas, no menu Educação.











**Figura 3 -** Portal *Porton di nos ilha* **Fonte:** Elaboração Própria

#### 3.1.2 Atendimento ao Público estudantil - Recepção de caloiros

Esta parte do estágio, a de atender e prestar esclarecimentos ao público estudantil foi muito interessante ainda que tenha sido muita turbulenta e confusa simultaneamente, devido a vasta multidão que se encontrava no espaço. Esta concentração maciça de pessoas deveu-se ao início do ano lectivo. Muitos, são os estudantes que chegam, anualmente, de Cabo Verde, com muito atraso, para iniciarem uma formação a nível superior e profissional em Portugal. Já é uma tradição de longa data. Entretanto é de realçar que o atraso que não deixa de ser um costume e hábito, tem sido um factor "destruidor" no processo de aprendizagem e adaptação dos estudantes à nova realidade. Presenciei casos de estudantes com bolsas de estudo e propinas asseguradas num dado estabelecimento de ensino, que nem sequer estudaram no presente ano lectivo porque as inscrições para a matrícula já estariam fechadas e os seus processos de candidaturas seriam devolvidos para a Direcção Geral de Ensino Superior. Também ocorreram casos



de alunos que vieram com vagas, subsídios de alimentação, alojamento, tudo de modo a facilitar os seus estudos, que não foram aceites na escola.

Perante esses casos, o departamento de estudantes tenta fazer de tudo que estiver ao seu alcance e em nome dos estudantes no sentido de ajuda-los, apoia-los, colmatar tais circunstâncias, contactando as instituições, narrando aquilo que se passou, na esperança de haver uma segunda oportunidade, mas sem êxitos. A estes estudantes com pouca sorte só lhes restam duas hipóteses, arranjarem um meio de subsistência, emprego, afazeres remuneráveis, que lhes dessem algum meio de subsistência, aguardando o ano lectivo seguinte, ou então regressarem para o país.

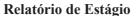
Quando os estudantes chegam de Cabo Verde devem ir à embaixada para serem orientados, assistidos e guiados como tais.

Durante esse percurso, quando chegava um estudante ao departamento, a primeira coisa a fazer-se era a inscrição que é um acto consular, pelo qual a identificação dos cidadãos nacionais fica a constar nos arquivos do posto consular. Para a inscrição é preciso preencher um boletim<sup>12</sup> que o serviço de cooperação distribui a todos os estudantes. Estive sempre muito atenta e presente no apoio ao preenchimento do boletim porque muitos eram aqueles que tinham a dificuldade de associar a sua interpretação aquilo que era pretendido no serviço. Depois de preenchido o boletim, digitalizávamos ou então tirávamos fotocópias, dependendo do número de pessoas em espera, dos documentos de identificação (Passaporte e/ou bilhete de identidade), acompanhado de duas fotografías tipo passe, e algum documento que comprove que o estudante veio para Portugal para estudar. Este processo de inscrição consular era uma função que competia aos funcionários do serviço e por fim ia ao serviço consular para que os cartões fossem assinados e em seguida plastificados por mim e por outro funcionário com quem partilhava esta tarefa, e finalmente a entrega aos respectivos titulares. Depois da entrega do cartão, os estudantes têm acesso a um folheto<sup>13</sup> de boas vindas através do qual se podem guiar e orientar.

A Figura abaixo mostra o exemplar de um cartão consular:

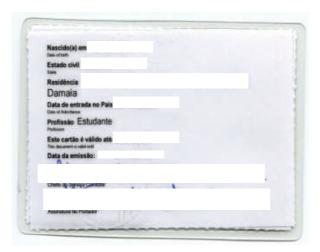
<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Anexo 1 – Boletim de inscrição Consular

Anexo 2 - Na folha contém informações úteis acerca de toda a documentação que o estudante deve tratar junto das entidades









**Figura 4 -** Cartão de inscrição consular **Fonte:** Elaboração própria

#### 3.1.2.1 Atendimento Telefónico

O contacto via telefónico é sem dúvida, um vantajoso e grande elo de ligação que se estabelece entre os estudantes e o serviço., visto que os estudantes se encontram dispersos por todo o país, e utilizam o telefone e o correio electrónico, na maioria das vezes para se contactarem ao serviço de cooperação a fim de lhes serem prestadas informações, esclarecidas dúvidas, e darem respostas às suas aflições e anseios. Antes de começar a atender o telefone, os funcionários deram-me algumas instruções e "formação" de como me comportar mediante o contacto directo com os estudantes, não só no sentido de controlar a qualidade das informações prestadas, mas também de modo a responder às reclamações ou dar esclarecimentos, assim, não correndo o risco de prestar informações falsas e comprometedoras. Quando um estudante ligava, pedia que se identificasse e que expusesse o seu caso, para ver em que medida o podia ajudar. Se



para o caso, as respostas forem do meu conhecimento, respondo-lhes de forma clara, concisa e objectiva mas no caso de não estar apta para responder às suas questões transferia logo e chamada para outrem que seja competente e saiba lidar com situação. As razões e as necessidades para o contacto com o serviço eram quase sempre as mesmas, tratava-se de pedido de informações acerca da bolsa de estudos, existência ou não de vagas e candidaturas para ensino Superior, pedidos de declarações para fins diversos, pedidos de apoios financeiros, confirmação de que o documento enviado chegou ao destino entre outros.

Estive também, por diversas vezes, em contacto com algumas empresas que prestam serviços a terceiros. Estes queriam dar a conhecer os seus serviços, mostrando que os mesmos promovem a formação e qualificação dos recursos humanos da embaixada, de forma que estes recursos desempenhem da melhor forma as suas próprias tarefas.

E por fim, o contacto telefónico e não só, com alguns potenciais investidores, turistas, pessoas que pretendem emigrar para Cabo Verde e seguir uma carreira profissional naquele país.

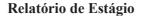
#### 3.1.3 Emissão de Declarações

Todos os dias chegavam, via *email (estudantes@embcv.pt)*, muitos pedidos de declarações para fins e destinos diversos por parte dos estudantes. Há aqueles que pedem declaração de Bolseiro<sup>14</sup> que comprove que recebem uma bolsa de estudo por parte do governo cabo-verdiano, constando nesta o valor da bolsa, para entregarem junto do Serviço Estrangeiro e Fronteiras (SEF) para a renovação do título de residência, ou se não para se candidatarem a uma vaga nas residências estudantis; outros pedem declaração de Não – Bolseiro<sup>15</sup>, esta confirma que o estudante não é beneficiário de nenhuma bolsa ou apoio financeiro da parte do governo cabo-verdiano, e nem é do conhecimento do serviço que o estudante usufrua de contributos, por parte de instituições portuguesas, face as suas despesas. Há quem peça a embaixada que faça um pedido de redução / isenção de propinas<sup>16</sup> na instituição que frequenta, na esperança de

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Anexo 3 - Declaração para Bolseiros

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Anexo 4 - Declaração para Não Bolseiros

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Anexo 5. Pedido de Redução/Isenção de propinas





verem os seus custos escolares minimizados assim como para quem pensa no regresso definitivo para Cabo Verde, pede a embaixada que faça um pedido de isenção alfandegária<sup>17</sup> para que desta forma possam levar todos os seus pertences e objectos adquiridos durante todo o percurso académico, e ainda pedido frequente da declaração para a renovação/inscrição<sup>18</sup> no centro de saúde da zona onde estudam. Esta mediante o comprovativo escolar. Algumas vezes estive a fazer notas em resposta a ofícios enviados por outras entidades, e uma única vez fiz uma carta de agradecimento<sup>19</sup> que se dirigia a um estabelecimento de ensino Superior agradecendo pela concessão de bolsas de estudos para Pós-graduação a estudantes cabo-verdianos. Todos estes pedidos de declarações e actividades foram realizados por mim, sob a orientação da minha supervisora, dando alguns modelos a seguir e assim fazia tais declarações, imprimia-se, punha o carimbo e a pessoa competente assinava. Depois de estar tudo feito, era enviado via *email* ou então por correio normal, dependo da preferência e grau de urgência com que a declaração era solicitada pelo estudante.

#### 3.1.4 Prorrogação da Bolsa e Reprovações

Neste campo de trabalho, eu conjuntamente com a minha supervisora, estivemos a separar os processos dos alunos sem aproveitamento, alunos que pediam o prolongamento no prazo de corte da bolsa de estudos, dos alunos em situações regulares. Todos os alunos nestas circunstâncias de irregularidade só vêem os seus problemas resolvidos e analisados numa última instância. E a mim também coube digitalizar documentos, desses estudantes, que constavam nos seus processos e que argumentem tal situação. Esses documentos, após serem digitalizados e organizados são enviados para a Fundação Cabo-verdiana de Acção Social Escolar<sup>20</sup>, (FICASE) para um estudo e resposta aos estudantes.

Fonte: http://www.ficase.cv/

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Anexo 6- Pedido de Isenção Alfandegária

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Anexo 7- Declaração para Centro de Saúde

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Anexo 8- Carta de Agradecimento

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> A FICASE é um instituto público, integrado na Administração indirecta do Estado, com a natureza de fundação pública, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É o primeiro instituto público na modalidade de fundação pública na história de Cabo Verde, tem por missão o desenvolvimento de acções que visem uma política de incentivos à escolaridade obrigatória, a promoção do sucesso escolar e o estímulo aos estudantes que manifestem maior interesse e capacidades para o prosseguimento de estudos.



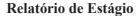
### 3.1.5 Serviço de Apoio a Comunidade e Serviço dos Doentes Evacuados

Desde sempre quis vivenciar a realidade da embaixada e da mesma forma, adquirir experiências acerca de todos os serviços que compõem o seu sistema funcional. Mas infelizmente o meu desejo não pôde ser realizado, devido à escassez de tempo não da minha parte mas sim da parte de quem supostamente me iria orientar e guiar no serviço e também queixava-se muito da incapacidade e falta de uma estrutura física capaz de acolher mais um elemento no serviço. Apesar de todos os argumentos, nunca desisti do planeado, antes de começar a estagiar. Foi então que partilhei, com todos aqueles que tive alguma relação e à vontade qual era a minha expectativa na embaixada enquanto estagiária e mostrei o meu interesse em participar e observar outros serviços. Para isso falei com a minha supervisora daquilo que pretendia e ela passou a mensagem aos responsáveis dos serviços nos quais tinha interesse. Além disso dirigi-me pessoalmente aos responsáveis para reforçar a ideia. Depois deste esforço consegui uma estadia passageira no serviço da comunidade. Fui lá num dia em que houve atendimento à comunidade, a fim de presenciar e certificar-me da realidade social da comunidade cabo-verdiana em Portugal, que não é nada fácil e agradável de se ver e ouvir. As pessoas relatavam problemas pessoais, familiares, as inúmeras dificuldades financeiras, inclusive, às quais estavam sujeitas, narravam as suas carências, inoportunidades, impossibilidades, e falta de recursos e sustentáculos. Foi uma experiencia dura, marcante, e tocante, ainda mais para mim que sou uma pessoa emotiva, solidária e mesmo sem querer acaba vivendo a realidade dos outros, assumo lacrimejar, por instantes que fossem. Como sempre, pus o meu lado humano e afectivo em evidência e descobri, uma vez mais, de que meras e sinceras palavras de conforto, de solidariedade, de esperança, de resistência podem trazer a felicidade, a tranquilidade, estabilidade, o sorriso de alguém.

Também neste mesmo serviço tive e oportunidade de participar na organização do Evento Bazar Diplomático<sup>21</sup> que é um evento de solidariedade promovido pela Associação das Famílias dos Diplomatas Portugueses.

Fonte: http://www.facebook.com/pages/Bazar-Diplom%C3%A1tico/286261101392864?sk=info

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> O bazar Diplomático tem o alto patrocínio da mulher do Presidente da República e conta com a participação de grande número de Embaixadas acreditadas em Portugal, das Ilhas e de uma série de empresas portuguesas que aproveitam esta oportunidade para se associarem a uma causa justa.



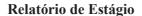


Da mesma forma consegui-me integrar nos serviços dos doentes evacuados. Era um dos serviços no qual queria colaborar e prestar apoio de alguma forma. Num dia, de atendimento permaneci neste serviço para observar o seu funcionamento. Sentei-me ao lado de uma funcionária, que à medida que ia trabalhando, ia respondendo às minhas dúvidas e curiosidades. No serviço até estive a tirar algumas cópias necessárias, cooperando para a agilidade do serviço de algum modo. Naquele dia, efectuava-se o pagamento de subsídios<sup>22</sup> para os doentes evacuados que é um contributo do governo para a manutenção dos doentes em Portugal. No processo pagamento/recebimento deparei-me com alguns jovens, o que despertou e minha atenção e sensibilidade, da mesma faixa etária que eu, em tratamento mas com alguma melhoria, aparentemente e achei muito curioso, alguns eram extrovertidos, simpáticos e bastante alegres até, tendo em consideração os problemas que os mesmos enfrentam, tive a oportunidade e a possibilidade de interagir, por minutos que fossem, com alguns deles. E com isso apercebi-me de que ainda que tenham muitos problemas, preocupações e perturbações não deixam de ser jovens iguais e mim, iguais aos demais, com sonhos, fantasias, ambição, ideias, ideais, devaneios e senso de humor, factores com os quais me identifiquei muito. E foi então que a funcionária se apercebeu da nossa interacção, do meu espírito de adaptação, solidariedade e voluntariedade e me deu a conhecer da existência de uma associação de solidariedade para com os doentes evacuados de Cabo Verde chamado Girassol Solidário<sup>23</sup>. Ela propôs - me a ideia de ser uma voluntária, um novo membro desta iniciativa tão caridosa e cheio de mais-valia para a comunidade de doentes que vêm de cabo Verde. Eu, particularmente fiquei fascinada com a novidade e a ideia de ajudar o próximo. No mesmo dia, fui falar com a responsável pelo serviço da comunidade e ela recolheu os meus dados e contactos e enviou via email para a presidente da associação, a portuguesa Teresa Noronha que ficou feliz em saber que pode contar o contributo de mais uma pessoa com força de empenho e querer auxiliar. No mesmo dia, um dos elementos da associação telefonou-me, agradecendo pela colaboração, intenção de ajuda, e querer fazer parte daquela "Casa", e também queria agendar uma possível e breve visita para conhecer as instalações e o trabalho deles. Fui

-

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> O valor do subsídio é encontrado através do somatório da verba que os doentes recebem por dia mais o subsídio de transporte e os medicamentos

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> A Girassol Solidário - Associação de Apoio aos Doentes Evacuados de Cabo Verde é uma Associação sem fins lucrativos que desenvolve, em regime de voluntariado, acções de carácter humanitário, social, cultural e lúdico. Apoiamos cidadãos cabo-verdianos que se encontram em tratamento em Portugal, ao abrigo de um Acordo no Domínio da Saúde, celebrado entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Cabo Verde. São cidadãos que necessitam de cuidados médicos diferenciados e que são evacuados para Portugal em virtude de se encontrarem esgotados os recursos de diagnóstico e tratamento em Cabo Verde.. Fonte : http://www.girassol-solidario.org/





lá e conheci alguns membros da associação, o espaço e o papel da associação na vida dos doentes, fiquei impressionada e muito contente com aquilo que vi, assisti e senti. Convidaram-me para o almoço de natal na casa da morna em Lisboa, que se realizou no dia 18 de Dezembro, com actuação de muitos artistas, que se disponibilizaram gratuitamente para *shows*. Todo esse evento e esforço com a finalidade de proporcionar a alegria e o sorriso aos doentes e angariar fundos e verbas que sirvam de protecção aos mesmos. Ainda não tive a possibilidade de participar activamente e cumprir com rigor e dedicação o meu papel de voluntária. É muito gratificante e aprazível saber que um sorriso nosso, um olhar, uma palavra, um carinho, um gesto, aparentemente simples, é capaz de mover o mundo e impulsionar a felicidade, adoçando a vida de alguém. Por isso, nunca nos devemos esquecer que podemos até ser pobres, materialmente, contudo não deixamos de ser uma aglutinação de partículas de natureza e espécie diversa, um sistema de imaterialidades capazes de facultar a alegria de alguém.

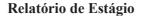


#### **Considerações Finais**

Como se pode ver ao longo deste trabalho, a embaixada é uma instituição que assume um papel imprescindível, de destaque e grande valorização junto dos seus cidadãos nacionais, ela protege aquilo que são os interesses dos seus nacionais, presta assistência aos mesmos, e ainda promove a cooperação entre o seu estado e o país onde se instala. Tudo isso constitui agentes sólidos que fomentam o dinamismo, o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida não só para a sua comunidade no estrangeiro mas também para todos aqueles que residem no próprio país.

A realização do estágio na embaixada representa, não só um conjunto de actividades, tarefas executadas a fim de contribuir para a melhoria e avanço do serviço, da instituição, por reduzido que seja, mas também, e sobretudo um processo de aprendizagem indispensável para um profissional, como eu, que deseja inserir no mercado de trabalho, estando preparado para enfrentar os desafios de uma carreira. No fundo o estágio é uma simulação de tudo aquilo que vamos ter que encarar e enfrentar na nossa vida profissional futura: exige da nossa parte mais e maior responsabilidade, agilidade, por vezes temos que sacrificar algo em função do trabalho, motivados ou não temos que trabalhar. Nada fácil a vida de um trabalhador, foi o que averiguei durante o estágio, e com este fiquei mais ou menos consciente da realidade que me espera, mais adiante.

Ao longo do estágio, acredito ter um bom desempenho, tentei ser útil, mostrei empenho e boa vontade em aprender, adaptei-me facilmente a nova realidade, ao ambiente e ao clima que era bastante agradável e familiar, criou-se laços, de amizade e afecto principalmente. Confesso ter gostado muito da experiência como estagiária. Com certeza hoje sou uma pessoa mais instruída, mais informada e mais familiarizada no que toca aos temas relacionados com a embaixada e as suas competências, embora tenha que recitar que estágio não superou as minhas expectativas, vontades e quereres dado que imaginava desempenhar outras tarefas noutros serviços, gostaria muito de ter uma oportunidade de participar de mais eventos, ocorrências, vivenciar momentos únicos e poucos oportunos no quotidiano mas que infelizmente pouco se concretizaram, devido à falta de disponibilidade das técnicas com a grande afluência de trabalho e a inexistência de uma programação e guia dinâmica ao qual qualquer estagiário deveria se submeter e usufruir.





Na realização deste trabalho, como já tinha referido inicialmente, tive algumas dificuldades. Primeiramente nos meios e fontes de informação, escassas e reduzidas e depois o factor tempo, o prazo de entrega deste trabalho se aproximava, não havendo espaço para privilégios e muitos "enfeites". Apesar destes agentes que representaram como barreiras e entraves no meu desempenho, creio conseguir ter feito aquilo que me propus, desde o início e aquilo que se espera de um trabalho, conteúdo, coerência e objectividade e espero que o trabalho vá ao encontro daquilo que foram as expectativas de todos os leitores.



#### Bibliografia

CAMPBELL, J. (1993), Técnicas de Expressão Oral, Editorial Presença, Lisboa.

CASASUS, J.M. (1979), *Teoria da Imagem*, Salvat Editora, Rio de Janeiro.

CHAMBEL, M.J. e CURRAL, L. (1995), *Psicossologia das Organizações*, Texto Editora, Lisboa.

CHIAVENATO, I. (1993), *Introdução à Teoria Geral da Administração (4ª Ed.)*, Makron Books, São Paulo.

LAMPREIA, J.M. /(1991), A Assessoria de Imprensa nas Relações Públicas, Mem Martins, Publicações Europa América.

SANTOS, J. R. (1992), Oque é a Comunicação, Editora Difusão Cultural, Lisboa.

VALLAMARÌN, Alberto, J.G (2002), Citações da cultura Universal, Editora Assessoria Gráfica Editorial LTDA, Porto Alegre

#### **Consultas Cibernéticas**

http://www.embcv.pt/ Consultado em Dezembro de 2011

http://www.alea.pt/ acedido em Dezembro de 2011

http://www.reformadoestado.gov.cv/ acedido em Dezembro de 2011

http://www.cplp.org/ Acedido em Dezembro de 2011

http://www.governo.cv/ Acedido em Dezembro de 2011

http://www.caboindex.com/ Acedido em Dezembro de 2011

http://joaoxms.sites.uol.com.br/Acedido em Dezembro de 2011

http://imigrantes.no.sapo.pt/ Acedido em Dezembro de 2011



http://www.portugalcaboverde.com/ Acedido em Dezembro de 2011





#### Listagem de Anexos

**Anexo 1-** Boletim de Inscrição Consular

Anexo 2- Declaração de Bolseiro

**Anexo3-** Folhetos Informativos de boas-vindas a Portugal (alunos de formação Profissional e alunos de formação superior)

Anexo 4- Declaração de Não - Bolseiro

Anexo 5- Pedido de Redução/Isenção de Propinas

Anexo 6- Pedido de Isenção Alfandegária

**Anexo 7-** Declaração para Centro de Saúde

Anexo 8- Carta de Agradecimento



Boletim de Inscrição Consular



Folhetos Informativos de boas-vindas a Portugal (alunos de formação Profissional e alunos de Formação Superior)



Declaração de Bolseiro



Declaração de Não - Bolseiro



### Pedido de Redução/Isenção de Propinas



### Pedido de Isenção Alfandegária



Declaração para Centro de Saúde



Carta de Agradecimento